



UNIDADE REGIONAL JEQUITINHONHA

Transcrição da 107ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de novembro de 2018

1 Em 22 de novembro de 2018, reuniu-se ordinariamente a Unidade
2 Regional Colegiada Jequitinhonha (URC JEQ) do Conselho Estadual de
3 Política Ambiental (COPAM), na Sala 03 do 3º Batalhão da Polícia Militar
4 de Minas Gerais - Rua Pedro Duarte, s/n, Romana, Diamantina/MG.
5 Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: Presidente
6 Suplente Clésio Cândido Amaral, da Secretaria de Estado de Meio
7 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Representantes do
8 Poder Público: Wagner Vicente Rodrigues de Almeida, da Secretaria de
9 Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Vilson José de
10 Amorim, da Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional
11 (SECIR); José Felício Borges de Melo Fiúza, da Secretaria de Estado de
12 Transportes e Obras Públicas (SETOP); Henrique Moreira de Melo Silva,
13 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG); 2º Sargento PM
14 Antônio Nogueira Lopes, da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais
15 (PMMG); Carla Fernanda de Araújo, da Prefeitura do Município-sede da
16 URC/JEQ; Jadir Vieira da Silva, do Comitê de Bacia Hidrográfica - CBH -
17 Rio Araçuaí - JQ2. Representantes da Sociedade Civil: Denise Bernardes
18 Couto, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG);
19 Ricardo Maia Durães, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado
20 de Minas Gerais (FAEMG); Ricardo Hirofumi Yoshimatsu, da Federação
21 das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais
22 (FEDERAMINAS); Nathália Bastos do Vale Brito, Universidade do Estado
23 de Minas Gerais (UEMG); Lúcio Mauro Soares Fraga, da Universidade
24 Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). **Assuntos em**
25 **pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Presidente
26 Suplente Clésio Cândido Amaral: “Boa tarde a todos, a gente já tem
27 quórum, a gente já pode começar, porque eu sei que todo mundo tem a
28 agenda apertada agora no final do ano. Então, alta da 107ª reunião
29 ordinária da unidade Regional colegiada Jequitinhonha, do Conselho
30 Estadual de política ambiental - COPAM. Dia 22 de novembro de 2018 às
31 13:30 horas. Sala 03 do terceiro Batalhão de Polícia Militar de Minas
32 Gerais, Rua Pedro Duarte, sem número, Romana, Diamantina - MG.
33 Vamos a execução do Hino Nacional.” **2) ABERTURA.** Presidente
34 Suplente Clésio Cândido Amaral: “Dou Como aberta a centésima sétima

35 Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha.” **3.**
36 **COMUNICADO DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**
37 Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral: “Comunicados dos
38 Conselheiros e Assuntos Gerais. Alguém tem algum comunicado a fazer?
39 Eu gostaria de fazer dois comunicados, na última reunião da URC, o Alex
40 e mais alguns conselheiros solicitaram apresentação por parte da
41 SUPRAM Central, do processo PCH Quartel. A gente solicitou, mandou
42 uma comunicação lá, o pessoal aqui da URC Jequitinhonha entrou em
43 contato com o pessoal lá, esse processo não está na SUPRAM Central,
44 ele está na SUPRI, superintendência de Projetos Prioritários, ele não foi
45 formalizado. Só tenho preenchimento da FCE e do FOP, então não a
46 formalização do processo. Se não me engano, o processo está instruído
47 como EIA / RIMA, então eu acredito que, eu acho que a chance de o
48 Conselho solicitar alguma informação, vai ser na hora que ele entrar na
49 formalização e abrir o prazo de audiência pública. Inclusive, de talvez
50 solicitar que uma das audiências seja feita aqui na região. E aí eu acho
51 que abre, realmente a possibilidade de o Conselho discutir todas as
52 questões da PCH Quartel. E aí, o Ângelo ainda vai fazer uma
53 apresentação hoje, sobre o novo modelo de audiência pública. Então, hoje
54 o modelo de audiência pública é todo eletrônico, ele é através do site,
55 então o próprio Conselho tem que ficar atento ao site de sistemas de meio
56 ambiente e requerimentos de licenciamento, então ele facilita, ele
57 computador você preenche enquanto solicitante o Conselho por si só, os
58 membros do Conselho tem essa prerrogativa de fazer a solicitação.” **5.**
59 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE RECURSO DE**
60 **AUTO DE INFRAÇÃO.** Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral: “A
61 outra questão que eu queria colocar aqui é que Denise da FIEMG precisa
62 voltar para Belo Horizonte, ela pediu para fazer uma inversão de pauta, ao
63 invés de a gente entrar com a pauta propositiva, que é apresentação
64 institucional da SEMAD pela SUPRAM Jequitinhonha, a gente passa para
65 o item 5 e item 6, quer dizer, a leitura dos processos e aprovação do novo
66 calendário para o próximo ano e depois a gente entra com as
67 apresentações. Pode ser?” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva:
68 “Eu queria fazer uma solicitação, para quando for formalizado, como é um
69 pouco complicado de a gente ficar acompanhando esse detalhe, se a
70 secretaria da URC pode encaminhar para os conselheiros, para a gente...
71 Facilitar a nossa atenção, no caso da PCH quartéis.” Conselheira Denise
72 Bernardes Couto: “Eu tenho só um questionamento também, sobre as
73 PCHs, como já são empreendimentos que já vieram aqui anteriormente,
74 muito antigos, é só curiosidade, FCE e preenchimento de FOB foi feito por

75 agora, você sabe me dizer isso? É recente?” Ângelo, Supram/JEQ: “Esse
76 Empreendimento tinha um processo antigo, que foi arquivado há uns três
77 anos atrás e a gente ficou sabendo através do Conselheiro Alex, que
78 estavam procurando formalização de um novo processo a uns três meses
79 atrás na URC e o que a gente pesquisou, Cecília, que ainda não foi
80 formalizado o processo, então a gente nem competência para poder
81 convocar a empresa ou pedir alguém da Superintendência da Central
82 Metropolitana ver fazer alguma apresentação, porque se um
83 empreendedor resolver não formalizar, não tem processo. Então, não tem
84 porque a gente fazer a convocação nesse momento.” Conselheira Denise
85 Bernardes Couto: “Só Mais um questionamento, isso é, voltou tudo? Agora
86 é fase de LP novamente? É só curiosidade mesmo, mais para saber.”
87 Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral: “Sim, Volta a fase inicial.
88 Todo aquele processo foi arquivado, então o que permite hoje na 217 é
89 que ele pode pedir uma fase de LP mais LI, vou pedir só a LP e
90 posteriormente LI mais LO.” Ângelo, Supram/JEQ: “Só para finalizar a
91 explicação, é porque antes de, no projeto que estava aqui na
92 SUPRAM Jequitinhonha, a maioria, o maior impacto do projeto no
93 empreendimento seria aqui na nossa regional. Eles fizeram modificação,
94 que segundo informações, se deram notificações no projeto e que aí, a
95 casa de forças ao invés de ser aqui no município da nossa região, seria
96 em Santana de Pirapama e pertence a Região Central Metropolitana.”
97 Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral: “Então, invertendo a falta de
98 eu vou fazer a leitura de todos os processos nesse sentido, se alguém tiver
99 algum pedido de vista ou destaque se pronuncie, a partir do momento que
100 eu termino de fazer a leitura de cada um dos itens. Então, e tem
101 5: Processos Administrativos para exame de Recurso de Auto de Infração.
102 Item **5.1**: Harley Robson Cruz - Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho -
103 Diamantina/MG - PA/Nº CAP 483092/2017 - AI/Nº 52197/2016 -
104 Apresentação: Supram JEQ. Algum destaque? Item **5.2**: Harley Robson
105 Cruz - Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho - Diamantina/MG - PA/Nº
106 CAP 483140/2018 - AI/Nº 52198/2016 - Apresentação: Supram JEQ.
107 Algum Destaque? Item **5.3**: Antônio Carlos de Oliveira Campana Júnior -
108 Senador Modestino Gonçalves/MG - PA/Nº CAP 490878/2017 - AI/Nº
109 67305/2016 - Apresentação: Supram JEQ. Algum destaque? Item **5.4**: Alfa
110 e Ômega Mineração Ltda. ME - Lavra a céu aberto com ou sem tratamento
111 - rochas ornamentais e de revestimento - Diamantina/MG - PA/Nº CAP
112 496388/2017 - AI/Nº 103815/2017 - Apresentação: Supram JEQ. Algum
113 destaque? Item **5.5**: Alfa e Ômega Mineração Ltda. ME - Lavra a céu
114 aberto com ou sem tratamento - rochas ornamentais e de revestimento -

115 Diamantina/MG - PA/Nº CAP 496395/2017 - AI/Nº 103812/2017 -
116 Apresentação: Supram JEQ. Algum destaque? Item **5.6**: Alfa e Ômega
117 Mineração Ltda. ME - Lavra a céu aberto com ou sem tratamento - rochas
118 ornamentais e de revestimento - Diamantina/MG - PA/Nº CAP
119 496405/2017 - AI/Nº 103813/2017 - Apresentação: Supram JEQ. Algum
120 destaque? Item **5.7**: Jerry Adriano Cordeiro - Tratamento químico para
121 preservação de madeira - Itamarandiba/MG - PA/Nº CAP 577467/2018 -
122 AI/Nº 96608/2017 - Apresentação: Supram JEQ. Algum destaque? Bem,
123 Se não houve destaque, eu acredito que a gente possa botar todos eles
124 em bloco. Certo? Então, aqueles que estiverem a favor de acompanhar o
125 parecer da supram Jequitinhonha em todos esses processos, permaneçam
126 como estão ou se manifestem.” Conselheira Denise Bernardes Couto:
127 “Senhor Presidente, eu quero só deixar registrado um posicionamento da
128 FIEMG. Nos itens 5.1 a 5.6, nós concordamos com o indeferimento do
129 recurso, à FIEMG concorda com o indeferimento do recurso, mas nós
130 entendemos, eu quero deixar registrado em ata que a FIEMG entende que
131 a correção monetária deve incidir sobre o valor da multa, tem que ser
132 aplicada de acordo com a tabela da corregedoria do Tribunal de Justiça de
133 Minas Gerais, é o nosso entendimento, que para nós o crédito tributário,
134 por exemplo a multa de natureza ambiental, ela é um crédito não tributário,
135 é exigível a partir do momento em que o mesmo pode ser inscrito através
136 da dívida ativa e a partir desse momento que deve haver a aplicação da
137 taxa SELIC. Antes disso, essa correção só pode ser realizada de acordo
138 com a tabela da Corregedoria. O nosso entendimento é esse. E aí, como a
139 tabela da Corregedoria deve ser aplicada como índice de correção a partir
140 da definição do valor da multa até o vigésimo dia, após a decisão
141 administrativa definitiva e a SELIC deve ser aplicada a partir do vigésimo
142 primeiro dia após a decisão administrativa. Então, para deixar registrado
143 esse posicionamento.” Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral:
144 “Vou pedir Wesley para poder esclarecer isso a todos os conselheiros,
145 Denise, e tirando isso, eu acredito que foi aprovado por unanimidade todos
146 os processos.” Wesley, Supram/JEQ: “Como a Denise da FIEMG disse, há
147 uma discussão, uma controvérsia sobre a aplicação da correção monetária
148 e da taxa SELIC sobre as infrações lavradas consideradas como créditos
149 administrativos não tributários, principalmente no tema aqui lavrado pela
150 SEMAD. Existe parecer da Advocacia Geral do Estado, no sentido que a
151 taxa SELIC deve incidir mais a correção, a partir do vigésimo primeiro dia
152 da decisão, não da decisão que tornou definitiva, duas situações, não
153 havendo defesa administrativa a taxa incidiria a partir do vigésimo primeiro
154 dia, porque você teria 20 dias da defesa, como houve interposição de

155 defesa, seria a partir do vigésimo primeiro e a discussão maior é em
156 relação, quando há interposição de defesa, por que uma vez demorando 2,
157 3 anos o julgamento das defesas administrativas vindo a serem julgadas
158 indeferidas, e esse parecer indica também que a cobrança deve ser a
159 partir do vigésimo primeiro dia. Então, vai lá desde a autuação e não da
160 data que se tornou definitiva, onde não caiba mais recurso. Isso aí dá uma
161 diferença significativa, então hoje a gente até orienta também os
162 empreendedores, às vezes, pensar direito em quando interpor a defesa,
163 porque se a defesa de fato não tiver provimento e os fatos não tiverem
164 como ser consistentes, os fatos que a pessoa está alegando, os juros,
165 esses índices vão ser bem elevados, então tem essa discussão, o
166 entendimento é de que no caso das defesas administrativas deveriam ser
167 aplicadas a partir do momento que se torna definitivo e não caiba mais
168 recurso e não retroagindo. O parecer da AGE é que retroage o primeiro dia
169 da aplicação da autuação, então isso aí, da notificação, da ciência da
170 autuação da aplicação do auto de infração. Então, isso aí dá uma
171 diferença gigantesca. Só para deixar isso claro.” Presidente Suplente
172 Clésio Cândido Amaral: “Alguma dúvida dos conselheiros sobre o fato?
173 Não havendo dúvidas, vamos passar para o item 6. **6. PROPOSTA DE**
174 **AGENDA ANUAL DAS REUNIÕES DA UNIDADE REGIONAL**
175 **COLEGIADA JEQUITINHONHA DO COPAM PARA O ANO DE 2019.**
176 **APRESENTAÇÃO: SUPRAM JEQ.** Presidente Suplente Clésio Cândido
177 Amaral: “Proposta de Agenda Anual das reuniões da Unidade Regional
178 Colegiada Jequitinhonha do COPAM para o ano de 2019. Apresentação:
179 Supram JEQ.” Ângelo, Supram/JEQ: “Esta é a proposta da agenda de
180 reuniões para o ano de 2019. No dia 21 de fevereiro, 9 de maio, 8 de
181 agosto e 21 de novembro. É a proposta apresentada pela SUPRAM
182 Jequitinhonha para a discussão dos Conselheiros.” Presidente Suplente
183 Clésio Cândido Amaral: “Bem, aí nós estamos tratando trimestralmente,
184 então seriam quatro reuniões anuais, eu coloco em votação aos
185 conselheiros. Todos aqueles que concordarem com o calendário,
186 permaneçam como estão, se alguém quiser solicitar, ou se abster que se
187 manifeste.” Conselheiro Jadir Vieira da Silva: “No dia 21 de fevereiro está
188 marcada a primeira reunião também do comitê, aí eles pediram, se puder
189 fazer essa alteração.” Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral: “Jadir,
190 o que pode ser feito a partir da aprovação do calendário, é fazer, ao invés
191 dessa data, o pedido de uma extraordinária e pedir uma alteração ou
192 alguém vir te substituir, o seu suplente pode vir no seu lugar. Então, a
193 gente tem as duas possibilidades.” Conselheiro Jadir Vieira da Silva:
194 “Porque os três suplentes são do comitê.” Presidente Suplente Clésio

195 Cândido Amaral: “Eu entendo então, que o melhor seria, quando do ano
196 que vem solicitar a alteração dessa para uma extraordinária, a SEMAD
197 concordando, Jadir, eu não vejo problema nenhum. Atualmente, a nossa
198 última lá, como a gente tem uma apresentação do CPRM sobre águas
199 subterrâneas no Norte de Minas, a gente teve que fazer uma extraordinária
200 ao invés de fazer na data correta, então não houve problema, nada disso.
201 Então, basta o CBH fazer a solicitação, pelo menos com 30 dias antes. Se
202 ninguém tem nada a opor, aprovado o calendário da próxima do ano
203 corrente de 2019, da URC Jequitinhonha.” **4. APRESENTAÇÃO**
204 **INSTITUCIONAL SEMAD: APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS AO**
205 **CIDADÃO. APRESENTAÇÃO: SUPRAM JEQ.** Presidente Suplente
206 Clésio Cândido Amaral: “Agora, vamos passar para o item 4: Apresentação
207 Institucional SEMAD: Aperfeiçoamento dos serviços ao cidadão.
208 Apresentação: Supram JEQ. Essa pauta que está sendo apresentada pela
209 SUPRAM é uma pauta institucional onde a gente está tentando demonstrar
210 aos Conselheiros da URC os avanços que a gente tem tentado
211 implementar, sistemas novos de requerimento, sistema de audiência
212 pública, onde todo ele é eletrônico. Então, isso vem a facilitar inclusive a
213 vida de quem quer acessar o RIMA, o mesmo solicitar audiência pública.
214 Essa apresentação será feita pela SUPRAM Jequitinhonha, pelo Ângelo, e
215 eu coloco ele à disposição.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Senhor
216 Presidente, só agradecer vocês por ter feito essa inversão de falta, aos
217 Conselheiros também por terem permitido e justificar a minha ausência,
218 porque eu preciso voltar para Belo Horizonte hoje ainda e tenho horário de
219 segurança, senão eu não consigo nem voltar. Obrigada viu, gente?”
220 Ângelo, Supram/JEQ: “Obrigado, Denise. Está justificado. Boa tarde
221 novamente a todos e todas. Desde 2015, 2016 em diante, a SEMAD vem
222 passando por grandes reformulações. E os resultados começaram a
223 aparecer efetivamente a partir de 2017 e agora em 2018. Em 2016 foi
224 publicada a lei 21972, todo mundo conhece e esse ano de 2018,
225 especificamente, aconteceram várias coisas no SISEMA, principalmente
226 nessa época em que a gente vive de mundo digital, a SEMAD conseguiu
227 desenvolver vários sistemas, hoje a gente consegue fazer muita coisa sem
228 sair de casa, a começar no ano passado, em 2017, pelo sistema de
229 cadastros de uso insignificante, que era o maior problema que a gente
230 tinha na SEMAD, as superintendências todas, superintendência de Meio
231 Ambiente, principalmente a Zona da Mata, Triângulo Mineiro, Alto do São
232 Francisco, as pessoas comercializavam senhas para poderem ser
233 atendidas nos dias seguintes de tão complicado que era a situação. Foi
234 criado um sistema eletrônico, onde a pessoa faz o cadastro de uso

235 insignificante, hoje com 10 minutos da sua casa, tendo os dados certinhos,
236 as consultoras também fazem com velocidade, uma facilidade muito
237 grande. Então, desde 2017 começou a mudar, mas em 2018 foi especial
238 para a gente, muita coisa mudou. Editada a DN 217, mudando as
239 modalidades de licenciamento, dando mais agilidade nas análises dos
240 licenciamentos e esse ano, em 2018 agora, começou em todo o SISEMA,
241 em todo o estado de Minas Gerais o agendamento online do serviço da
242 SEMAD. Então, hoje a pessoa não precisa ir para fila, não precisa ir para a
243 SUPRAM para poder conseguir atendimento, ele faz isso hoje com muita
244 facilidade, pelo telefone 155, pelo site da SEMAD, pelo aplicativo de
245 celular, quem tem aquele aplicativo em Minas Gerais consegue marcar
246 com facilidade. Nós vamos fazer apresentação dos slides, depois a gente
247 vai fazer uma simulação ao vivo aqui agora, para você saber como é que
248 funciona o agendamento. Muito simples, pode ser através do 155 ou
249 através do site. No nosso portal do meio ambiente, no site da SEMAD, vai
250 no agendamento online quando der para o site, quando der para o 155, é
251 só discar 155, falar que quer falar, fazer o agendamento já programam
252 para vocês. No site, vai no agendamento online, agendamento online
253 'clique aqui', clica lá no local, aí você escolhe qual é o atendimento que
254 você pretende fazer na SUPRAM. Caracterização de processos e outorga,
255 de uso de recursos hídricos, formalização de processos de licenciamento
256 ambiental e outorga de direito de uso de recursos hídricos e orientação
257 sobre o licenciamento ambiental. Pelo aplicativo também é muito simples,
258 quem não tiver, gente, vale a pena por que o aplicativo é pequeno, não é
259 muito pesado. Todos, Se quiser doar sangue, agora tem o serviço do
260 Detran, segunda via de carteira de identidade, atendimento no UAI, então
261 está tudo no aplicativo, na palma da mão, então o Estado facilitou essa
262 ferramenta para facilitar, você pode consultar multa de carro, pontuação de
263 carteira de motorista, tudo nesse aplicativo: MG App, entra no Google
264 Play, quem tiver Android ou no da Apple, que eu não sei o nome, entra no
265 da Apple também, faz, baixa rapidinho, não tem dificuldade. O sistema
266 Agenda Minas é um produto desenvolvido e mantido pela Companhia de
267 Tecnologia de Informação do Estado de Minas Gerais pelo PRODEMG
268 visando facilitar o cadastramento e a gestão da agenda dos serviços
269 públicos. Oferta serviços mais eficientes a população, com a redução de
270 filas e aglomerações aos locais de atendimento. Olha lá, isso aqui são
271 todos os serviços que ele pode oferecer, doação de sangue, emissão de
272 carteira de trabalho, emissão de carteira de identidade, emissão de
273 segunda via de carteira de identidade, entrevistas de assistente social,
274 requerimento, são vários e vários serviços que o estado oferece hoje, um

275 agendamento online, com muita facilidade. Esse, vamos fazer um teste
276 primeiro, só para vocês verem, gente, na prática, esse aqui é outro sistema
277 que o estado desenvolveu, já está em funcionamento em 2018, mas nós
278 vamos fazer agora uma simulação diretamente do site. Vamos para a
279 próxima apresentação, depois a gente faz um teste. Esse o problema da
280 internet, não é do sistema, mas vamos para a outra apresentação também
281 visando dar mais transparência para o sistema de audiência pública,
282 quando a gente estava conversando mais cedo em relação ao
283 empreendimento da Quebec Engenharia, que vai desenvolver uma
284 hidrelétrica aqui no Rio Paraúna, divisa de Gouveia com Santana de
285 Pirapama, essa proposta em Julho de 2018 agora, foi publicado Em
286 substituição a DN 212, a DN 225. Ela estabelece os critérios e as normas
287 para a audiência pública. Concomitante com isso, com a publicação dessa
288 DN o estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Meio Ambiente,
289 desenvolveu também o sistema de consulta e requerimento de audiência
290 pública online. Então, hoje as pessoas que podem fazer a solicitação de
291 audiência pública, podem fazer isso do computador, não tem necessidade
292 de formalizar um documento mais na SUPRAM para poder fazer esse
293 pedido. Trata-se de um sistema aberto e público, de consultas e
294 requerimentos para realização de audiências públicas, de processos de
295 licenciamento ambiental, de empreendimentos e atividades, qualquer que
296 seja a classe de enquadramento o fator locacional incidente, que tem por
297 objetivo de dar maior transparência e facilidade no acesso as informações.
298 Entrar no site da SEMAD www.meioambiente.mg.gov.br, regularização
299 ambiental, sistema de consultas que requerimento de audiência pública.
300 Para acessar o sistema de consultas e requerimento de audiências
301 públicas, clique aqui, é só clicar, é autoexplicativo não tem muitas
302 dificuldades para poder estar acessando, ele aparece todas que estão no
303 Estado de Minas Gerais, todos os Empreendimentos que tem EIA / RIMA
304 aqui, são passíveis de audiência pública e são determinados através da
305 DN 225, aí você pode inclusive fazer o filtro, todas as SUPRAMs do lado
306 lá, na primeira aba, você pode selecionar no caso nosso aqui, do
307 Jequitinhonha, se a gente quiser filtrar para a gente poder ver só os
308 processos que a gente tem aqui, é só filtrar naquela todos, colocar
309 SUPRAM Jequitinhonha, aparece só SUPRAM Jequitinhonha, aí vocês
310 conseguem ver os nossos processos aqui, ou do Estado de Minas Gerais
311 e filtrar por cada Superintendência que vocês acharem que devem fazer. E
312 aqui do lado aparece, hoje a gente consultou agora de manhã para poder
313 fazer a apresentação no site da SEMAD, nós, a SUPRAM Jequitinhonha
314 não tem nenhum processo que está aberto a solicitação de audiência

315 pública, nenhum, por que o prazo provavelmente venceu, não é, Wesley?
316 Que tinham lá, nós temos alguns processos lá, mas que não foram
317 solicitados e não tem mais prazo para poder solicitação. Tem uma relação,
318 daqui a pouco a gente fala quem é que pode fazer esse pedido de
319 audiência pública, a gente vai estabelecer daqui a pouco ali. Então, as
320 pessoas que puderem fazer o pedido da audiência pública, entra no site,
321 clica nesse quadrinho marrom de solicitar e faz o cadastro. Atenção, antes
322 de preencher o formulário leia atentamente as orientações abaixo. Para
323 solicitar o cancelamento dessa manifestação, é necessário guardar o
324 número de protocolo que será gerado após clicar no botão cadastrar,
325 então é um cadastro que vocês fazem. Aqui é quem que pode solicitar de
326 acordo com a DN nova agora, a DN 225, Prefeito, Ministério Público, o
327 próprio empreendedor e grupos de acima de 50 cidadãos. Então, qualquer
328 cidadão, é só juntar 50 cidadãos e fazer a solicitação também. Então,
329 essas pessoas que podem fazer a solicitação de audiência pública.
330 Prefeito, Ministério Público, o empreendedor, entidade civil sem fins
331 lucrativos grupo de mais de 50 cidadão. O interessante agora, é porque a
332 gente aqui na Superintendência, a gente recebia muito pedido, às vezes,
333 de ONG, às vezes a sociedade mesmo, pedido para verificar o EIA / RIMA,
334 para ver o EIA / RIMA dos empreendimentos. Hoje verdura com esse
335 sistema que a gente tem aqui, o EIA / RIMA fica fácil, tem um link que a
336 pessoa clica e vai direto para o EIA / RIMA do empreendimento, então
337 evita, é mais transparência do órgão ambiental com a sociedade. Então,
338 qualquer pessoa pode, se tiver curiosidade dever qual é o EIA / RIMA de
339 qualquer empreendimento do Estado de Minas Gerais que esteja em fase
340 de licenciamento, é só clicar e acessar o EIA / RIMA diretamente.
341 Também, tem o link do IOF, tem um link para poder ver a publicação do
342 processo, do empreendimento, do requerimento. Tem a localidade, a data,
343 tem todos os dados da audiência pública nesse sistema que foi criado
344 agora. As vantagens, a maior comodidade ao cidadão, maior segurança as
345 informações, mais transparência nas relações do SISEMA, mais
346 confiabilidade aos processos, maior otimização dos trabalhos do SISEMA.
347 Eu queria antes, Clésio, de finalizar, passar a palavra para o Wesley, para
348 falar um pouquinho da 225, Wesley, está inclusive na nossa área de
349 trabalho aí, algumas modificações que ocorreram na DN 225 em relação a
350 DN 212, ela que é a DN que regra sobre a audiência pública.” Presidente
351 Suplente Clésio Cândido Amaral: “Na hora que você clica, qualquer
352 solicitante, ele vai gerar um número de protocolo para aquele solicitante,
353 que ele tem que guardar esse protocolo. Ele não vai ficar impresso no
354 sistema, ele vai gerar um número. Então, com esse número de protocolo,

355 se o solicitante quiser cancelar a sua solicitação, ele tem possibilidade de
356 fazer o cancelamento da sua solicitação. Então, ele não gera. A facilidade
357 do sistema, na realidade, é: hoje, qualquer cidadão pode fazer a consulta
358 do RIMA online. Ele não tem que se deslocar até a SUPRAM ou até a
359 cidade onde a prefeitura, onde está disponibilizado o RIMA. Ele tem o
360 RIMA todo eletrônico, isso facilita muito a vida das pessoas, de qualquer
361 pessoa que queira saber o que consta, mas ele não gera, não.” Wesley,
362 Supram/JEQ: “Aqui, eu vou me ater basicamente as principais alterações
363 que a 225 teve em relação à 12 de 94. Vai no artigo quinto para mim, por
364 favor. É porque ela já falava sobre disciplina, os procedimentos da
365 audiência pública 225, eu vou centrar mais nas modificações, aqueles
366 pontos, que eram pontos de discussão que a deliberação normativa 12 não
367 trazia, às vezes, deixava a critério, a discricionariedade do órgão
368 ambiental, isso é objeto de várias discussões, questionamentos por parte
369 do Ministério Público, uma das grandes, que ficou isso claro agora, o artigo
370 5º da 225, ele trata aí do município, dos locais onde poderiam ser
371 realizadas audiências públicas, a questão dos impactos. Artigo 5º: a
372 audiência pública será realizada no Município Sede da atividade ou
373 empreendimento, ou em outro município, desde que abrangido por sua
374 área de influência direta, tendo prioridade para escolha o município onde
375 os potenciais impactos ambientais forem mais significativos, conforme
376 demonstrado pelos estudos ambientais apresentados. Então, o critério
377 agora ficou bem claro para o local de realização da audiência pública
378 quando abrange mais de um município, os impactos daquele
379 empreendimento no caso aqui da Anglo American, que haveria discussão,
380 sempre houve discussão dos impactos dela na região de Conceição,
381 Alvorada, Dom Joaquim, em certa medida o Serro. Então, sempre foi
382 objeto até de questionamento, recomendações do Ministério Público, a DN
383 225 agora permite que se faça em um único município onde que é
384 identificado, onde são identificados os maiores impactos daquele
385 empreendimento. Então já há uma normatização clara a esse respeito que
386 a doze não trazia e que foi objeto de vários questionamentos por parte do
387 Ministério Público. No artigo, no parágrafo primeiro, ele permite... O
388 presidente do COPAM, o Secretário Executivo do COPAM, determinará
389 justificadamente para o atendimento de interesses da sociedade, a
390 realização de mais de uma audiência pública, é o que poderia ocorrer e
391 ocorreu no caso da Anglo que fizemos, não no formato de audiência
392 pública, teve uma audiência pública na sede do município de Conceição do
393 Mato Dentro, que é um município que sofre maior impacto no
394 empreendimento, depois, até atendendo recomendação do Ministério

395 Público, fizemos, não audiências públicas, mas reuniões públicas, que foi
396 dado o nome dos municípios de Dom Joaquim e Alvorada de Minas e,
397 inclusive, essa forma dessa reunião que foi elaborado o formato dessa
398 reunião pública, é o que está hoje aqui na 225, que foi elaborada em
399 conjunto com a participação do próprio Ministério Público, que em
400 negociação no processo de discussão se criou um formato para que
401 fossem realizadas as reuniões públicas nesses municípios, mas hoje isso
402 aqui também é possível, então isso já está claro, a presidente do COPAM,
403 o secretário executivo determinará justificadamente para o atendimento de
404 interesse da sociedade a realização de mais de uma audiência pública, no
405 caso previsto do caput desse artigo em função da localização geográfica
406 do solicitante, em razão da complexidade do tema ou da infraestrutura,
407 segurança ou acesso ao público, hipótese que, serão amplas e
408 previamente divulgadas, autorizadas na forma do disposto dessa
409 deliberação normativa. Então, foi um avanço em relação a 12.”
410 Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Eu queria um exemplo de
411 como que a gente poderia solicitar isso, por exemplo, no caso agora da
412 PCH Quartel, que possivelmente, se viesse ser formalizada para Santana
413 de Pirapama, mas com grande impacto também no município de Gouveia.”
414 Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral: “Nesse caso, a partir do
415 momento que o Ministério Público apresente justificadamente ao
416 presidente do COPAM que, ainda assim que a maior parte dos impactos
417 abrangem, por exemplo, uma outra Regional que seria o caso da Central
418 Metropolitana, se ele fala, se ele comprova, se ele justifica que ainda
419 assim há Impacto indireto há uma outra comunidade de Gouveia, seja
420 Impacto de trânsito, o impacto relacionado à movimentação, ao
421 alagamento, a área do lago, nesse sentido, ela é mais do que justificada,
422 que ele trata inclusive da infraestrutura do empreendimento como um todo.
423 Então, justificadamente isso pode ser remetido ao presidente do COPAM e
424 aí ele pode determinar que a audiência seja feita em mais de um local, ou
425 seja, em outra comunidade que indiretamente sofre de alguma forma com
426 o impacto ambiental do empreendimento.” Conselheiro Henrique Moreira
427 de Melo Silva: “Ok, isso via ofício, via e-mail, tem que ser uma...”
428 Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral: “Via ofício.” Wesley,
429 Supram/JEQ: “Tem o que ser uma solicitação formal. Até para fazer parte
430 do processo, porque vai haver uma decisão também, ou positiva ou
431 negativa, da solicitação, enfim, eu entendo que deve ser formal. Outra
432 questão também, 9 também foi um avanço bem, que a gente debatia, bem
433 significativo a respeito, artigo 9º: caso ocorra antes da realização da
434 audiência pública qualquer alteração no projeto de atividade do

435 empreendimento Que altere ou tem a potencial de aumentar ou
436 incrementar os impactos ambientais negativos de suas medidas de
437 controle de ação na área onde deverá ser reaberto o prazo para a sua
438 realização, com disponibilização dos estudos autorizados na forma
439 disposta por essa deliberação normativa. Então, Isso aí foi um avanço
440 muito grande, porque, às vezes, até a entrada do processo, da
441 formalização, a análise do processo e a realização da audiência pública,
442 você pode ter um lapso razoável de tempo, porque, às vezes, análise
443 prossegue, enfim, a estrutura necessária, as discussões principalmente
444 nos empreendimentos grandes, que traz a audiência pública, pode ser que
445 algum projeto possa sofrer alteração no início das discussões da análise
446 do processo, é muito comum, à medida que os técnicos vão avaliar ano:
447 ‘olha, isso aqui, enfim...’ isso aqui ficou bem claro que tem que ser adiado
448 e que foi caso de fazer essa...” Presidente Suplente Clésio Cândido
449 Amaral: “Na realidade, a gente para com o processo de tempo da
450 audiência pública, dirimi todas as dúvidas, coloca e abre novo prazo de
451 audiência pública. Isso foi um grande avanço que a gente teve, que a regra
452 ficou claro nesse sentido e era muito questionado a SEMAD isso, ‘Mas
453 alterou o projeto, isso não foi discutido na audiência.’ Então, essa
454 alteração tem que fazer parte da discussão na audiência pública.” Wesley,
455 Supram/JEQ: “Inclusive que demonstram essa alteração e os impactos
456 dessa alteração.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “E se
457 houver uma alteração depois da audiência? Também não é incomum, não
458 é? Acontecer.” Wesley, Supram/JEQ: “Não há previsão da realização de
459 nova audiência.” Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral: “Se Houve
460 alguma alteração de projeto após a audiência pública, nós estamos
461 falando de uma LP mais LI, nós estamos falando de uma ampliação da
462 atividade. Na realidade, não há uma previsão legal nesse caso, mas o que
463 poderia, quer dizer, se é uma ampliação da atividade, ele muda de classe,
464 aí os impactos são todos, eu entendo que é novo o processo, e aí sim,
465 abre a prerrogativa da possibilidade de uma nova audiência pública,
466 porque eles não foram contemplados no processo anterior.” Wesley,
467 Supram/JEQ: “É questão de impactos, mesmo. Impactos significativos que
468 talvez não foram dimensionados, mas é muito comum durante a análise,
469 dentro daquele impacto já identificado você propor alterações que não vão
470 alterar em si as áreas diretamente afetadas, áreas de influência direta, às
471 vezes, os programas que foram apresentados. Então, entenda, quando
472 existir de fato uma alteração, mesmo após a realização que não se
473 identificou os reais impactos ou novos impactos que serão, eu, como na
474 questão do direito, não haveria impedimento para que se realizasse nova

475 audiência pública no meu entendimento. Mas desde que de fato fossem
476 impactos significativos que não estavam previstos no primeiro projeto, no
477 projeto inicial. E tem que saber, porque as mudanças...” Presidente
478 Suplente Clésio Cândido Amaral: “Se eles alterarem realmente a ADA, a
479 AID e eles não estavam previstos, a gente está falando de um novo
480 processo, de um novo projeto. Agora, há também o que acontece, de
481 haver alteração de projeto, onde isso, esses impactos às vezes diminuem,
482 diminui, por exemplo, área de cava, diminui o tamanho de pilha de estéril e
483 que os impactos não são alterados. Nesse caso, senão a comprovação de
484 alteração de impacto, alteração no tamanho da ada, da AID, aí não teria
485 prerrogativa de nova audiência.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo
486 Silva: “Mas no caso assim, de uma mudança na concepção do projeto, de
487 tecnologias, de alteração da tecnologia...” Presidente Suplente Clésio
488 Cândido Amaral: “Se essa alteração tecnológica aumentar a área de
489 impacto, alterar tudo isso, sim. Se ela diminuir ou minimizar, mas ainda os
490 impactos, não haveria essa discussão.” Wesley, Supram/JEQ: “Mas esse é
491 o entendimento que, acho que é em todas as SUPRAMs.” Presidente
492 Suplente Clésio Cândido Amaral: “Ele vai partir do pressuposto de uma
493 análise técnica todinha, todos os técnicos, E aí sim para ser avaliado para
494 ou não da alteração dessa ADA, da AID, dos impactos diretos e indiretos.”
495 Conselheiro Lúcio Mauro Soares Fraga: “Mas o protocolo de solicitação de
496 uma nova audiência pública, ou de audiência em outro local fica
497 protocolado na URC Metropolitana ou na URC do Jequitinhonha.”
498 Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral: “Esse protocolo tem que ser
499 encaminhada ao presidente do COPAM. Para ela ser realizada em um
500 segundo município que há um entendimento que ele sofre. Então, no caso
501 de Gouveia, vou citar o caso de Gouveia que está dentro da SUPRAM
502 Jequitinhonha, não está na SUPRAM Central. Então, em tese teria que ter
503 justificadamente de que há impacto sim, em função disso e disso no
504 município de Gouveia, por isso estamos solicitando tal. Isso tem que ser
505 encaminhado oficialmente ao presidente do COPAM e aí, ele vai de
506 liberar.” Wesley, Supram/JEQ: “É o presidente do COPAM, só que o
507 Secretário Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Ele que é o
508 presidente do COPAM.” Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral:
509 “Isso dentro do prazo requerido de 45 dias da audiência pública, não pode
510 ser posterior ao prazo, não.” Wesley, Supram/JEQ: “Outra inovação
511 significativa que teve, foi o artigo 15. O artigo 15 trata da organização da
512 realização da audiência pública a primeira parte, a segunda parte, onde
513 que a primeira parte consiste na abertura realizada pelo presidente da
514 mesa diretora que explorar as regras segundo as quais realizará audiência

515 pública e a segunda parte consiste na exposição, cabendo ao
516 empreendedor e a equipe técnica indistintamente em 45 minutos contendo
517 no mínimo, características gerais de atividades do empreendimento,
518 impactos ambientais positivos e negativos, potenciais efetivos e seus
519 respectivo agentes causadores inerentes às fases de instalação, alteração
520 e encerramentos, especialmente quanto à abrangência e magnitude da
521 duração. Os impactos ambientais negativos sendo evitados, impactos
522 negativos que não poderão ser totalmente evitados, mas que serão
523 mitigados, enfim, isso manteve mais ou menos a mesma estrutura da 12, a
524 grande diferença...” Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral: “A
525 diferença, em tese, nesse primeiro, é que a gente tinha um prazo para o
526 empreendedor falar e mais um prazo para a equipe técnica. Acabou isso, é
527 45 minutos total. Se o empreendedor vai gastar 30 minutos, vai levar 15
528 minutos só para poder apresentar os impactos, vai ser um problema do
529 empreendedor. Então isso acabou.” Wesley, Supram/JEQ: “Mas em
530 relação, que dava mais, assim, as reuniões se prolongavam por horas e
531 horas aqui na URC, o Henrique participou de várias de madrugada, não é,
532 Henrique? É em relação à terceira parte, que é em relação a manifestação
533 dos interessados, aqueles que se inscreveram, quisessem se inscrever
534 para se manifestar sobre o empreendimento que era aberto, você não
535 tinha um limite de tempo, então...” Presidente Suplente Clésio Cândido
536 Amaral: “Então, na realidade, anteriormente, na terceira parte, que é a
537 manifestação dos inscritos, eram 5 minutos para cada inscrito. Seu tivesse
538 100 inscritos, eram 5 minutos para cada inscrito e isso prolongava, eu fiz
539 audiência pública da Samarco, da Anglo American e isso estendia uma
540 reunião, ela se torna muito cansativa e improdutiva. Então, a gente
541 terminava a reunião uma, duas horas da manhã. Então, chega no final,
542 ninguém mais quer discutir, ninguém mais tem estrutura física para
543 discutir.” Wesley, Supram/JEQ: “E na verdade, o empreendedor não tinha
544 um tempo de resposta àquilo que foi de fato questionado, foi levado ao
545 processo, para os interessados e aqui, justamente o interessante é isso,
546 porque aqui dividiu agora a manifestação dos inscritos em 12 blocos de
547 pergunta e resposta, cada bloco composto por três faras por questões dos
548 presentes, então você tem inscritos que poderão por 3 minutos falar, que
549 dariam um total de 9 minutos de questionamentos, de perguntas em
550 relação ao empreendimento e nesse mesmo bloco você teria 6 minutos de
551 resposta do empreendedor. Então, é pergunta, resposta. Então, isso, no
552 meu entendimento, veio lá do processo que foi da reunião pública da
553 Anglo, então se torna mais produtivo, porque ele vai te dar a resposta ali
554 naquele momento, naquele bloco, tentar esclarecer a dúvida, os

555 questionamentos dos inscritos. Então, é muito mais produtivo do que
556 simplesmente falar, falar, falar e o empreendedor não ter ali um momento
557 de resposta para o interessado. Então, isso aí foi um avanço, no meu
558 entendimento, bem significativo para de fato as audiências públicas, isso
559 não é o modelo ideal ainda, mas dá aí a possibilidade daquele que fez a
560 pergunta, daquele que fez o questionamento, ele obter uma resposta ali
561 mesmo, na audiência. Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Sem
562 dúvida, é uma alteração é importante. Então, a gente vai ter no máximo 36
563 pessoas...” Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral: “36 pessoas, aí
564 na realidade nós estamos falando de entidades que podem se manifestar.
565 Não é 36 pessoas.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva:
566 “Presentes, podem ser pessoa física ou atingida, enfim... Como pode ser
567 também...” Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral: “Entidade ou
568 organização.” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva: “Eu digo, da
569 mesma forma que a gente já havia acontecido, os atingidos se
570 organizarem para fazerem as manifestações e as perguntas, também nós
571 já assistimos o empreendedor organizar as pessoas para ir defender o
572 empreendimento.” Wesley, Supram/JEQ: “É Interessante também, porque
573 está limitado também alguma pessoa, algum inscrito que tenha, aqui, olha,
574 para não ter uma...” Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva:
575 “Um desequilíbrio nas fases, não é?” Wesley, Supram/JEQ: “Vai no artigo
576 13, parágrafo 3º. As inscrições, funcionários ou prepostos ligados ao
577 empreendedor não devem exceder ao total de 8 inscrições, exceto se ao
578 final do prazo que se refere o caput hover menos de 36, então limitou para
579 que não ter esse desequilíbrio que de fato ocorria muito, se inscreva lá,
580 enfim...” Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral: “Então, hoje a
581 gente teria literalmente 28 organizações não governamentais, pessoal de
582 comunidade com a disponibilidade de falar. Então, acabou isso, não é? O
583 que a gente restringiu ali foi o tempo. Hoje, O máximo é de 3 horas dessa
584 manifestação. O que acontecia anteriormente, a gente tinha essa
585 manifestação mais de prefeituras, mais de órgãos estaduais, mais de 5
586 minutos de cada, sem ter na realidade uma resposta, sem ser efetivo.
587 Então, Três perguntas, o empreendedor tem que responder. O que ele vai
588 fazer com aquilo? E Isso facilita inclusive na análise do processo todo,
589 porque já fica registrado quais que foram as propostas, se não tem
590 proposta, então o órgão ambiental consegue, inclusive, falar: ‘Olha, você
591 falou que não tem proposta, então isso Foi questionado, você tem que
592 apresentar para a gente uma proposta no processo.’” Wesley,
593 Supram/JEQ: “Então, as grandes novidades no meu entendimento, em
594 relação a 12 são esses tópicos aí, acho que visam dar maior mesmo

595 objetividade, celeridade, de ser produtivo, eficiente, a pessoa sair às vezes
596 com a resposta ali em relação àquela dúvida dela do empreendimento. Eu
597 sei que é difícil também 6 minutos, mas até que haja um modelo
598 totalmente ideal, acho que foi um grande avanço em relação a 12.”
599 Conselheiro Lúcio Mauro Soares Fraga: “Sim, acho que é importante dar
600 mais regulamentação dentro dessas discussões, mas fica uma proposta
601 que, às vezes, o sistema online de manifestação para audiência pública
602 também pode às vezes considerar perguntas antecipadas sobre o
603 processo, para as vezes antecipar as discussões até da audiência pública
604 que vai ocorrer, às vezes, justificando até esse controle de tempo porque
605 também teve tempo de outros momentos para mais uma proposta.”
606 Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral: “É, isso não foi previsto no
607 sistema, ele hoje não tem essa previsão de abarcar nenhum
608 questionamento dentro desse processo. Eu entendo também que pode ser
609 um avanço nesse sentido, até porque se a gente tem isso, a gente já tem
610 inclusive levado para a própria audiência pública vários questionamentos
611 que já podem ser respondidos ou serem entregues ao órgão ambiental.
612 Isso não resta a menor dúvida.” Ângelo, Supram/JEQ: “Agradecer ao
613 nosso Diretor de Controle Processual Wesley, pela apresentação. Rodrigo,
614 Por favor, coloque aquela outra apresentação dos resultados. Senhores e
615 senhoras Conselheiros, esta apresentação aqui é uma apresentação do
616 resultado da SUPRAM Jequitinhonha e da SEMAD desse último ano, o
617 ano de 2017 e 2018. É interessante que a partir de agora, em todas as
618 reuniões a gente vai trazer esses números para vocês, para vocês verem
619 como é que começou a diminuir o passivo ambiental, o passivo de
620 processos ambientais que a gente tinha para analisar em Minas Gerais. A
621 partir da DN 217, a partir da 21972 foram várias e várias coisas que
622 fizeram com que esse resultado aparecesse, além do incentivo para os
623 servidores. Os servidores do SISEMA hoje, todos os servidores do
624 SISEMA trabalham com muita dedicação, a gente tem um plano de
625 eficiência ambiental para a gente cumprir, a gente tem metas para a gente
626 cumprir, esse plano começou esse ano de 2018 e nós cumprimos nossa
627 meta em agosto de 2018, a meta de dezembro já estava cumprida e a
628 gente não parou apesar disso. Os nossos números só tem melhorado.
629 Então a gente vai fazer a apresentação primeiro desses resultados da
630 SUPRAM Jequitinhonha, depois a gente passa os resultados gerais do
631 Estado de Minas Gerais. Entre esse gráfico, mostra a entrada e a saída
632 dos projetos da SUPRAM Jequitinhonha entre 2017/2018. Aqui não dá
633 para ver o número exato. Mas aqui dá para a gente poder sintetizar os
634 números, as entradas de processos, para vocês terem uma ideia, em 2014

635 entraram 21 processos no ano, em 2015, 29, em 2016, 34, em 2017 40 e
636 até setembro esse número nosso, em até setembro desse ano agora
637 foram 98 processos de licenciamento aqui na nossa SUPRAM
638 Jequitinhonha. As saídas de processo em 2014 entraram 21 e saíram 12
639 um processo por mês em média. Em 2015, entraram 29 e saíram 21. Em
640 2016, entraram 34 que saíram 32, quase empatou. E aí, em 2017 a gente
641 já começou eliminar passivos no nosso processo de licenciamento.
642 Entraram 40 processos e a gente conseguiu liberar 47 processos. E até
643 janeiro deste ano, entraram 98 e a gente já liberou 113, já finalizou a
644 análise de 113 processos de licenciamento. então, a nossa acumulação de
645 passivos só vem diminuindo, aí vem a certificação de como que foram as
646 decisões enviadas à SUPRI, que é a Superintendência de Projetos
647 Prioritários, foi criada esse ano de 2018 e atende aos projetos prioritários
648 do Estado de Minas Gerais enviados para o município, aproveitar essa
649 informação e dizer que nós temos o primeiro, Carla, o primeiro município
650 da nossa regional da SUPRAM Jequitinhonha que assumiu a DN 213 da
651 municipalização, foi o município de Conceição do Mato Dentro. Então,
652 algumas atividades hoje o município de Conceição do Mato Dentro já
653 licencia, a gente já fez a proposta para Diamantina que está estudando.
654 Ótimo, nós já fizemos a proposta para o município de Diamantina até bem
655 por que isso acaba dando mais eficiência ao estado, o município cuida de
656 uma parte do licenciamento e o estado cuida daquelas outras partes que
657 foram mais complexas, que demandaram mais complexidade. Então, nós
658 temos hoje, o município de Conceição do Mato Dentro que faz o
659 licenciamento. Continuando, para os Conselheiros que não sabem, tem
660 certos tipos de licenciamento que a DN 213 não permite fazer, no caso,
661 por exemplo, de mineração. Não é Clésio? Não é possível. Pode, inclusive,
662 fazer um convênio se o município demonstrar para o estado que tem
663 capacidade técnica de fazer análise daquele tipo de empreendimento, mas
664 a de 213 não estabelece.” Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral:
665 “Na realidade, a gente tem dois modelos de convênio junto com o estado.
666 Um é o convênio baseado na 213 ou 219, porque com a promulgação da
667 217 alterou as classes dos empreendimentos, ele pode ser feito por um
668 único município, e aí todos aqueles empreendimentos nos anexos 2 da DN
669 219 são considerados de impacto local e mesmo assim o município tem
670 que ter CODEMA deliberativo, consultivo, o órgão ambiental e fiscalização.
671 Então, são três bases nesse sentido. Ou no modelo convencional, como é
672 Betim, que assume literalmente todo e qualquer empreendimento dentro
673 daquelas classificações. No caso de Betim, é de classe 1 a 5 Belo
674 Horizonte é de classe de 1 a 6 e também tem as mesmas prerrogativas,

675 tem que ter a equipe técnica e tal. Uma outra vantagem da DN 219 é que
676 você pode fazer isso a partir de consórcios municipais para licenciamento
677 e a fiscalização tem que ser feita pelo município. No caso Norte de Minas a
678 gente assinou, tem o consórcio da CODANORTE, nós temos hoje 12
679 municípios consorciados que estão trabalhando com a questão do
680 licenciamento ambiental. Então, o consórcio dá todo apoio técnico e
681 jurídico, então o processo é aberto no município, o município continua
682 tendo que ter CODEMA, tem que ter cargo efetivo para fazer a fiscalização
683 o que compete ao município. Processo aberto no município a partir da DN
684 219, ele abre, remete esse processo ao consórcio, a equipe técnica e
685 jurídica do consórcio vai fazer a vistoria, vai fazer a análise, vai fazer o
686 parecer jurídico e isso retorna ao município para deliberação do CODEMA
687 do Município, de acordo com parecer técnico. E aí, após isso, a verificação
688 de condicionantes, acompanhamento de fiscalização é de
689 responsabilidade do município. Então, obriga o município inclusive a ter
690 cargos técnicos efetivos para poder proceder a fiscalização.” Presidente
691 Suplente Clésio Cândido Amaral: “Quer falar, Carla?” Conselheira Carla
692 Fernanda de Araújo: “No caso do convênio convencional, pode ser por
693 algumas atividades ou teria que ser por classe?” Presidente Suplente
694 Clésio Cândido Amaral: “No Modelo convencional ele tem que ser por
695 classe. Ou você vai pedir classe 1, classe 2, classe 3 ou a classe que se
696 der conta. Na DN 219 a vantagem é que você pode escolher as classes de
697 empreendimentos e as tipologias que você queira. Então, lá você tem uma
698 série de tipologias, todas essas tipologias vão de classe 1 até
699 empreendimentos de classe 4 e aí você pode escolher: ‘E não, eu quero
700 agrosilvapastoril.’ todos aqueles que estão classificados como
701 agrosilvapastoril, porque eu quero esse? Porque eu tenho engenheiro
702 agrônomo, eu tenho engenheiro florestal, eu tenho uma série de
703 profissionais dentro da estrutura administrativa do município que me
704 permite fazer uma melhor análise técnica. Então, essa é a vantagem e a
705 outra vantagem, se você começar a fazer a análise e ver que eu não
706 consigo tratar dessa classe, por exemplo, você pode fazer e oficiar ao
707 estado e devolver isso ao estado. O estado volta a tomar conta disso e
708 todas aquelas classes ou atividades que não estão contempladas na sua
709 assinatura com esse convênio modelo da DN 219 permanece
710 responsabilidade do Estado, então é uma grande vantagem nesse
711 sentido.” Ângelo, Supram/JEQ: “Esclarecidos os conselheiros vamos dar
712 continuidade a apresentação. Para vocês terem uma ideia do resultado até
713 o terceiro quadrimestre. No primeiro quadrimestre, a nossa meta de
714 finalização, esse é em relação ao licenciamento ambiental simplificado,

715 porque a partir da DN 217 teve umas modificações nos tipos de
716 licenciamento. Então, hoje tem LAS Cadastro, LAS / RAS que a gente
717 classifica como licenciamento ambiental simplificado, que a LAS Cadastro
718 é mediante um cadastro muito simples, semelhante à AF que existia
719 antigamente e LAS / RAS tem um relatório ambiental simplificado que
720 tenha um pouco mais de informações do que o LAS Cadastro e pede um
721 pouco menos de informações do que o licenciamento convencional. Então,
722 esse primeiro quadro é do licenciamento simplificado, o número não está
723 acima de 100, por que foi lançado esse ano de 2018 e a gente no início, os
724 empreendedores tiveram muita dificuldade, a gente teve muita coisa que
725 chegava para a gente inepta, então a gente tinha que devolver para o
726 empreendedor e às vezes ficava no nosso sistema e acaba que os nossos
727 números, principalmente o número de quadrimestre veio mais baixo por
728 causa disso, mas, e, às vezes, também tem caso da Copasa, por exemplo,
729 tinha duas LAS / RAS da Copasa que a gente estava guardando
730 informação complementar por ser um órgão nosso, do estado, é uma
731 empresa do Estado e a gente ficou aguardando 120 dias essas
732 informações complementares chegarem de duas antes da Copasa acho
733 que é de Almenara a, não é, Wesley? Aqui do lado do baixo Jequitinhonha,
734 então acaba que os números aparecem ruins, porque, às vezes, a gente
735 tem que fazer umas concessões de órgão público que acabam
736 atrapalhando. A gente estava guardando informação complementar, isso
737 ficou parado mais tempo, aí o número aparece deficiente aí. Em relação ao
738 quadro debaixo, do licenciamento convencional, o que é o que a gente tem
739 mais demanda, de análise é uma análise mais criteriosa e que demanda,
740 depende muito mais tempo da equipe técnica, da equipe jurídica para
741 poder fazer a análise da própria SUPRAM e O interessante é que o
742 primeiro quadrimestre a nossa meta era, diminuído o passivo que entrava,
743 do que chegava no mês, a gente diminuir a dois processos, a gente
744 conseguia alcançar seis processos entre os que chegavam e os que
745 saíram no primeiro quadrimestre. No segundo quadrimestre, a nossa meta
746 era 4, a gente conseguiu concluir análise além dos 4 que estavam
747 propostos, além que entraram, os novos processos e no terceiro
748 quadrimestre a nossa meta era 4 e a gente, por dificuldades, conseguiu
749 fazer dois, mas no geral a nossa meta ficou muito boa.” Presidente
750 Suplente Clésio Cândido Amaral: “Esse modelo que a gente está agora,
751 começou lá em 2017 a primeira meta de todas as SUPRAMs pois é a
752 entrada e saída, então tudo que entrava tinha que sair, mesmo que não
753 reduzisse passivo e a partir de 2018 a gente tinha meta de reduzir o
754 passivo ambiental, principalmente aqueles anteriores a 2014, então os

755 processos mais antigos tiveram que entrar para a pauta de análise, de
756 discussão e ter alguma solução, seja deferir ou indeferir, ou arquivado,
757 porque não tinha condição, mas pelo menos o processo passou a ser
758 finalizado. Nesse sentido.” Ângelo, Supram/JEQ: “Aqui tem a especificação
759 por mês, entrada e saída de cada mês. O período de passivo que a gente
760 alcançou no ano de 2018 até setembro, a gente conseguiu já eliminar 15
761 processos do nosso passivo. Aqui já é, ali a gente viu que, nós da
762 SUPRAM Jequitinhonha, conseguimos superar a nossa meta, nós
763 conseguimos 300% no primeiro quadrimestre, 250 no segundo, 170 no
764 terceiro, o quarto quadrimestre a gente está nele ainda, vai até dezembro,
765 a gente conseguiu fazer uma modificação muito substancial nesse período,
766 nesses três primeiros quadrimestres.” Presidente Suplente Clésio Cândido
767 Amaral: “Só falar que esse resultado da SUPRAM Jequitinhonha é
768 baseado no resultado de outubro, não está nem contemplado o resultado
769 de novembro.” Ângelo, Supram/JEQ: “Setembro.” Presidente Suplente
770 Clésio Cândido Amaral: “Não está contemplado o resultado de outubro e
771 novembro.” Ângelo, Supram/JEQ: “Essa aqui já é a performance de todas
772 as SUPRAMs, esses gráficos você consegue explicar, Clésio?” Presidente
773 Suplente Clésio Cândido Amaral: “Esses gráficos demonstram pegando
774 todas as 9 SUPRAMs. Então, desde 2017 a gente já começou a zerar a
775 entrada e saída, hoje a gente tem uma obrigação legal de entrar, zerar a
776 entrada e saída, então se entrou 30 processos, tem que sair 30 processos,
777 fora a redução de passivos. Então, a gente tem uma performance, a linha
778 azul demonstra que a gente está reduzindo muito mais do que entra. Isso
779 aí, essa performance, então nós tivemos em 2014, 1330 processos de
780 entrada, saiu 712, então a gente teve uma acumulação de 618 processos,
781 em 2015 entrou 1184 processos, a gente conseguiu reduzir em 742,
782 acúmulo de passivos de 442 processos. Em 2016, 1020 de entrada, 686
783 mais um acúmulo de passivos de 334. Em 2017 entrou 1121, a gente
784 reduziu 1312, então aí a gente começa a ter menos 191 processos de
785 acúmulo de passivo e de janeiro até setembro entrou, o nosso passivo era
786 de 3979, tiveram 4909 processos, ou seja, reduziu-se 930 processos. Isso
787 nunca aconteceu nos últimos 10 anos dentro do Estado de Minas Gerais,
788 isso aí são os números de processos simplificados e para ser essas
789 convencionais. Então, no simplificado de janeiro a gente teve 3603
790 processos, saíram 3507, a gente tem apenas 96 no passivo e para
791 processos convencionais que a gente está falando hoje de LAC 1, LAC 2
792 ou LAT, os LOCs e revalidações, entrou 376 processos e já saiu 1402
793 processos, ou seja, 1026 processos.” Ângelo, Supram/JEQ: “Só para
794 acrescentar em relação ao licenciamento simplificado, houve acumulação

795 de passivos 96 em virtude disso, porque alguma informação complementar
796 que se pede, porque o processo hoje para os Conselheiros terem um
797 pouco de noção do que a gente faz na SUPRAM Jequitinhonha, os
798 processos de LAS Cadastro, a gente tem a meta de 5 dias para poder
799 liberar, para poder concluir a análise e de LAS / RAS, a nossa meta é 30
800 dias. Mas todas as SUPRAMs estão fazendo isso muito rápido.”
801 Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral: “Ou seja, o fato do LAS /
802 RAS, que ele substituiu grande parte daquilo que era AF, praticamente
803 todas as minerações sempre foram muito questionados por ter o
804 documento só de AF, porque era cartorial , ele entra todo no LAS / RAS e
805 ele já entra com critérios locacionais, então há uma análise realmente de
806 estabelecimento de condicionantes, a gente consegue hoje conferir a
807 informação do empreendedor, então com as coordenadas geográficas a
808 gente joga isso na base do IDE, que foi o grande avanço do estado, a base
809 cartográfica. Então, eu sei se lá tem cavidades, Mata Atlântica, se tem
810 terra quilombola, indígena, todo o critério, se tem área de cavidade, se tem
811 área cárstica, todos os critérios locacionais e de restrição, a gente
812 consegue conferir se o empreendedor informou certo ou errado. Se ele
813 informou errado, ele acabou, finalizou o processo e a gente reorienta ele
814 para o processo, a gente já pegou muito empreendedor tentando entrar no
815 processo de LAS / RAS ao invés do processo de LAC 1, por exemplo,
816 convencional. Para poder fugir de RCA, PCA e tal. Então, essa base do
817 IDE foi um avanço gigante do Estado, é uma base que qualquer cidadão
818 pode consultar, não a prerrogativa nenhuma, então a gente já tem uma
819 grande consulta. Então, isso foi um grande avanço, um LAS / RAS não
820 quer dizer que ele é mais fácil de fazer, não, ele tem critérios inclusive para
821 poder ser feito. Se ele tem que estabelecer as informações corretas, ele
822 passa pelo mesmo modelo. Então, a gente consegue fazer e a gente
823 estabelece todas as condicionantes de funcionamento.” Ângelo,
824 Supram/JEQ: “Também a respeito do IDE, hoje empreendedor escolhe o
825 local onde ele vai empreender. O estado desenvolveu, eu acho que dá
826 estrutura de desenvolvimento de dados espaciais, que a pessoa pega as
827 coordenadas do empreendimento dele, coloca, está no site da SEMAD
828 esse link do IDE, você coloca as coordenadas lá e ele coloca todos os
829 critérios locacionais daquela localidade, daquela coordenada que você
830 colocou. Então, Facilita muito, porque o empreendedor já sabe antes de
831 começar o negócio dele, de empreender, o que ele vai precisar, inclusive
832 ele pode escolher fazer em outro lugar se ele achar que aquele local está
833 dando muito trabalho.se for uma coisa que ele puder fazer, uma indústria,
834 por exemplo...” Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral: “Qual é a

835 vantagem hoje? Lá no nosso sistema de requerimento eletrônico tem uma
836 abazinha chamada simulador. Então, o empreendedor chega lá, coloca a
837 coordenada geográfica, ele vai colocando cada camada, supressão de
838 vegetação de Mata Atlântica, árvores isoladas, área de APP, área casca,
839 todos aqueles critérios locacionais e critérios de restrição, ele consegue
840 estabelecer nisso. Então, ele literalmente vai conhecer se há alguma
841 restrição quanto ao seu empreendimento naquilo e depois disso, ele
842 consegue gerar o FOB, inclusive. Então, na hora que ele sai hoje, ele sabe
843 direitinho se ele tem que apresentar EIA / RIMA, se não tem que
844 apresentar EIA / RIMA, se ele vai ser um LAC 1, LAC 2, os estudos que
845 ele tem que apresentar, não existe hoje uma discussão de empreendedor
846 nenhum falar assim: 'Eu não sei qual que é o meu modelo de
847 licenciamento.', 'Eu não sei qual que é os estudos que eu tenho que
848 apresentar.' Ele vai saber lá nesse simulador tudo que ele tem que
849 apresentar. Então, é uma grande vantagem nesse sentido e a outra
850 vantagem para o estado é o seguinte, ele colocou aquilo lá, vamos lá a,
851 conferimos a informação. E aí, se ele mentiu, ele é autuado por prestar
852 informações falsas, a gente reorienta o empreendedor e ele vai para
853 aquela classe correta que ele deveria licenciar." Ângelo, Supram/JEQ:
854 "Vamos dar continuidade a gente, em relação a apresentação. Ali já está
855 sintetizada no primeiro quadrimestre qual era a meta que estado de Minas
856 Gerais tinha, essa meta Geral do Estado de licenciamento simplificado, a
857 nossa meta era 276, agente alcançou 274. No segundo quadrimestre 2312,
858 porque a meta está pequena no primeiro, porque foi na época de
859 implantação, começou a funcionar em maio?" Presidente Suplente Clésio
860 Cândido Amaral: "Não." Ângelo, Supram/JEQ: "Abril?" Presidente Suplente
861 Clésio Cândido Amaral: "Janeiro. As metas começaram a ser
862 estabelecidas a partir de janeiro, então a partir de janeiro todas as
863 SUPRAMs..." Ângelo, Supram/JEQ: "Eu digo, Clésio, não é isso não, eu
864 estou dizendo o licenciamento simplificado." Presidente Suplente Clésio
865 Cândido Amaral: "Não, licenciamento simplificado, na realidade, ele
866 começou a valer a partir de 3 de março de 2018. E aí ele teve
867 uma prorrogação de 30 dias para que o empreendedor falasse: 'Eu quero
868 manter na regra antiga ou na regra nova.' Aqueles que não fizessem a
869 opção, automaticamente o estado comunicaria que ele iria para a regra
870 nova. Aí, por isso do salto grande dos números para o segundo
871 quadrimestre em relação ao primeiro quadrimestre." Ângelo, Supram/JEQ:
872 "É isso que eu estava explicando, por que começou a partir de abril, maio,
873 então os números estão menores por causa disso. No segundo
874 quadrimestre a meta era 2312, 2224 foi alcançado, no terceiro

875 quadrimestre 1114 e 1009 foi alcançado. No ano 3702, 3507 ainda falta
876 novembro, dezembro, outubro que os números não estão ali ainda para a
877 gente poder fechar. E em relação ao licenciamento convencional, que de
878 fato era o nosso calcanhar de Aquiles, era o nosso grande problema no
879 estado de Minas Gerais, a nossa meta, a redução de 100 processos no
880 passivo no primeiro quadrimestre a gente conseguiu superar 300 e no
881 segundo quadrimestre a meta era 198, a gente conseguiu 588. No terceiro
882 quadrimestre era 198 a gente conseguiu 138 e no ano, a meta era 496 a
883 gente já tinha conseguido até setembro 1026 de redução de processo
884 convencional. Então, a gente assumiu esse compromisso de 496 para todo
885 o ano de 2018, para a redução do passivo, até setembro a gente já tinha
886 concluído 1026 processos do nosso passivo, entre o que entrou e o que
887 saiu a gente conseguiu finalizar a análise de 1026 processos para mais.
888 Aqui, o interessante é que mostra a evolução do passivo, janeiro, fevereiro,
889 março, aí mostra que começou com 3501 processos em janeiro e a gente
890 hoje está em setembro com 2418 processos entre o que a gente tem para
891 analisar e o que está no passivo. Tem processos inclusive que a gente não
892 considera passivo porque ainda não superou o prazo, o tempo
893 estabelecido pela legislação para análise, alguns processos que é seis
894 meses, alguns processos que é um ano.” Presidente Suplente Clésio
895 Cândido Amaral: “Embora a gente não considera, eles ainda fazem parte
896 desse número de 2418, ou seja, esse número de 2418 é um pouco menor
897 porque a gente tem uma série de processos que ainda estão dentro do
898 prazo limite de análise.” Ângelo, Supram/JEQ: “Aí mostra a evolução em
899 2017, a redução de passivo que aconteceu, não houve nenhum acúmulo
900 de passivo, ouvir sim redução, a SUPRAM Alto São Francisco, aqui a
901 gente dividiu por todas as SUPRAMs que a gente tem no estado reduziu
902 32, a SUPRAM Zona da Mata, Central Metropolitana 67, nós do
903 Jequitinhonha 7, isso em 2017, SUPRAM Leste de Minas 36, SUPRAM
904 Noroeste 16, SUPRAM Norte de Minas ficou empatado, não é, Clésio?”
905 Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral: “É, na realidade a gente
906 zerou entrada e saída.” Ângelo, Supram/JEQ: “A SUPRAM Sul de Minas
907 menos 17, a SUPRAM Triângulo Mineiro menos 16, a Zona da Mata ficou
908 zerada também, conseguiu ficar no zero. Não aumentou o passivo em,
909 mas não diminuiu também. Agora, Já em 2018 o resultado foi mais
910 significativo, o Alto de São Francisco conseguiu eliminar 114 processos,
911 isso até setembro agora de 2018, isso ainda vai melhorar mais, vai
912 aumentar mais isso ainda. Alto de São Francisco conseguiu diminuir 114
913 processos do passivo, a SUPRAM Central 215, a de Jequitinhonha 15, o
914 leste de Minas 49, o Noroeste 75, o Norte de Minas 43, Sul de Minas 148,

915 Triângulo Mineiro 171 Zona da Mata 100. Então, resultado geral, redução
916 de 22,53, passivo geral referente a 2016. Aqui esse gráfico mostra uma
917 coisa interessante, que mostra se o ritmo de análise continuasse igual era
918 a de 2016 para trás, texto de 2016 mostra 2008, 2009, 2010, a reta estava
919 crescente. Aqui mostra o diferencial, mostra o que é a realidade hoje,
920 mostra 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 13, 14, 15, 16 para de crescer o
921 passivo, 17 diminui o passivo, 18 dá para poder ver a descida brusca da
922 reta em relação a diminuição de passivo no Estado de Minas Gerais.”
923 Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral: “Então, se a gente, se o
924 estado não tivesse feito nada, em dezembro de 2018 nós teríamos um
925 cúmulo de 4501 processos acumulados no passivo, hoje a gente tem a
926 previsão de que a gente chegue no final do ano com 2119 processos
927 acumulados. Essa é a diferença. Aí, por exemplo, é o desempenho do
928 SISEMA em termos de capacidade de análise de 2008 a 2016, a gente
929 tinha em média 59 processos por mês e de 2017 a 2018 a média de 158
930 processos por mês. Aí, o que é questionado muito ao estado, é falar:
931 ‘Poxa, se a estrutura é a mesma e tal, por quê que não se reduziria antes?’
932 A gente teve uma série de avanços, principalmente no que tange a
933 sistemas, legislação, o que facilitou muito a análise de processos, as
934 regras ficaram mais claras nesse sentido para que a gente pudesse
935 deferir, indeferir ou arquivar o processo. Isso facilita e muito a análise do
936 processo foto. E aí, é previsão. A previsão é que outubro de 2020 a gente
937 tem 919 processos dentro do prazo de análise, ou seja, a gente não
938 poderia nem considerar isso como passivo ambiental, porque ele estaria
939 dentro do processo de análise. Essa é a meta que a gente tem, agora no
940 final do ano é editada uma nova resolução onde será estabelecida novas
941 metas para cada SUPRAM, em termos de redução, praticamente todas
942 SUPRAMs conseguiram eliminar o passivo de processos antes de 2014.
943 Isso depende muito da complexidade de cada processo, da complexidade
944 de cada SUPRAM, de cada área. Então, eu vou pegar o Sul de Minas, que
945 tem muita indústria, atividades industriais, a previsão deles é que eles
946 cheguem no final do ano com apenas 100 processos no passivo deles. E
947 aí, a meta para o próximo ano é, aquelas SUPRAMs que começarem
948 literalmente a não ter processo em passivo elas vão começar a dar apoio
949 técnico as outras SUPRAMs. Então, é um conjunto todo, do estado inteiro
950 trabalhando em prol de redução do passivo Ambiental do Estado.” Ângelo,
951 Supram/JEQ: “Clésio, só para complementar a leitura do gráfico ali, é o
952 seguinte, em dezembro de 2019, dezembro do ano que vem, praticamente
953 daqui a um ano a perspectiva de acordo, se a gente seguir nesse
954 crescimento que a gente está, que eu acho que inclusive vai superar esses

955 números, é 219 processos. Outubro de 2020 a ideia, de acordo com o
956 gráfico ali, é ter 600 processos que não serão considerados passivos 600
957 processos que estarão em análise dentro do prazo, então não vai existir
958 passivo. A 21972 estabelece prazo para análise dos processos de
959 licenciamento e a gente vai estar trabalhando dentro do que a lei preconiza
960 para a gente.” Conselheiro Lúcio Mauro Soares Fraga: “Desculpa até a
961 minha falta de entendimento, mas considerado o passivo ambiental?”
962 Ângelo, Supram/JEQ: “O passivo é passivo...” Conselheiro Lúcio Mauro
963 Soares Fraga: “Os processos parados, mas não é...” Ângelo, Supram/JEQ:
964 “São processos, esse passivo de processos que a gente estabelece são os
965 processos que já superaram o prazo estabelecido pela lei para a sua
966 análise, agente os considera passivo. A gente fala passivo é nesse
967 sentido.” Conselheiro Lúcio Mauro Soares Fraga: “Você fala passivo nesse
968 sentido, não é?” Ângelo, Supram/JEQ: “Sim.” Conselheiro Lúcio Mauro
969 Soares Fraga: “Porque a conotação de passivo ambiental remete às vezes
970 a uma área degradada, sendo recuperada e que parece que estão todas
971 recuperadas, mas não é bem nesse sentido.” Ângelo, Supram/JEQ: “A
972 ideia não é.” Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral: “Na realidade,
973 passivo ambiental do estado que a gente considera nesse modelo é
974 passivo o que tem, que é uma grande reclamação de todo o
975 empreendedor. O processo não sai, está parado, ninguém fala nada,
976 não havia uma definição do Estado. O empreendedor chegava para a
977 SUPRAM e falava: ‘Olha, se você vai arquivar, arquiva. Se ele não tem
978 questão de análise, então finaliza o processo e me dá qual a regra que eu
979 tenho que entrar.’ Então, hoje as SUPRAMs têm trabalhando justamente
980 nisso, analisa o processo, vou citar exemplo, a gente tinha processo
981 parado lá, quando eu entrei na SUPRAM em 2016, tinha processo parado
982 lá desde 2014, 2010 que o EIA / RIMA era 30 páginas. Como que você
983 tem um EIA RIMA de 30 páginas, que você vai analisar, o cara não seguiu
984 nem o Termo de Referência. Pronto, arquiva-se, reorienta e protocola um
985 processo de forma adequada. Então, se ele é instruído por EIA / RIMA,
986 segue o Termo de Referência, dá toda informação. Então, você cria uma
987 regra clara nesse sentido para o empreendedor, então ele sabe direitinho
988 nesse sentido. Então, esse passivo é dos processos de análise.” Ângelo,
989 Supram/JEQ: “Outra coisa para os conselheiros, é que o estado criou na
990 sua estrutura, não é, Clésio? É importante a gente falar de um Núcleo de
991 Controle Ambiental. A gente estava participando de uma reunião
992 anteontem em Belo Horizonte, inclusive o estado já está de olho nisso,
993 para fortalecer os NUCAMs, que a partir do momento que a licença
994 ambiental agora pode ser até de 10 anos, a licença de operação. Então, a

995 partir do momento que o empreendedor apresenta todos os estudos,
996 consegue a sua licença ambiental por esse prazo de 10 anos, o estado
997 precisa fazer o controle disso, das condicionantes, o controle Ambiental
998 desse processo de LO que foi autorizado.” Presidente Suplente Clésio
999 Cândido Amaral: “O que acontecia, não é? O estado dava uma licença na
1000 hora que o cara pedia revalidação, o estado e a verificar se ele cumpriu ou
1001 não a condicionante, mas isso acabou. A gente já tem resultados efetivos
1002 de processos já com 2 anos de licença, onde a gente já pegou que o
1003 empreendedor não cumpriu uma condicionante. Ele é autuado e tal e a
1004 partir disso ele começa a entender que o estado mudou a forma. A gente
1005 tem algumas experiências em processos, por exemplo, de revalidação,
1006 que já foi feita uma análise pelo próprio NUCAM de todas as
1007 condicionantes, o NUCAM emite um relatório, se está deferido ou
1008 indeferido, se ele cumpriu ou não, se ele apresentou ou não o
1009 desempenho ambiental ponto quando isso chega para a regularização,
1010 para a análise da regularização, para revalidação ou não, a gente tem
1011 gastado no máximo 30 dias para fazer uma revalidação de licença a partir
1012 desse relatório. Então, o nosso entendimento é que o NUCAM vai ser cada
1013 vez mais fortalecido pelo estado, aqui no futuro a gente entende que
1014 haverá ali números de técnicos, 50% pelo NUCAM, 50% para
1015 regularização, de forma que é um modelo eficiente. Então, aquilo que
1016 sempre foi questionado pela sociedade, você dá uma licença e não
1017 acompanha a condicionante, só vai ver isso lá no final dá licença. Isso
1018 acabou. E os empreendedores estão entendendo isso hoje. A gente já tem
1019 empreendedor que está lá preocupado se cumpriu condicionante, se não
1020 cumpriu condicionante, porque a gente vai verificar ao longo do processo
1021 todo. Alguma dúvida?” Ângelo, Supram/JEQ: “O Rodrigo vai verificar se há
1022 a possibilidade de conexão da internet, se houver, nós vamos só mostrar
1023 para vocês como que é fácil fazer um agendamento e acessar também o
1024 sistema de requerimento de audiência pública. Se não tiver a possibilidade
1025 técnica de fazer esse acesso, depois vocês façam isso em casa, é muito
1026 simples, entra no site da SEMAD com essas orientações que a gente
1027 passou vamos passar depois, Cecília? Essas apresentações para o e-mail
1028 dos Conselheiros, que aí vocês seguem o passo-a-passo e façam esse
1029 teste na casa de vocês. Beleza? É isso, Clésio.” Presidente Suplente
1030 Clésio Cândido Amaral: “Algum Conselheiro quer fazer mais alguma
1031 ponderação?” Conselheiro Lúcio Mauro Soares Fraga: “A questão da
1032 fiscalização, sobre as condicionantes, também é uma opção fazer também
1033 via online algumas coisas, por exemplo, tem um prazo determinado para
1034 ele executar as condicionantes, então ele tem que acessar um

1035 determinado prazo e confirmar se fez ou não ponto e aí, agendar ia tal
1036 vistoria.” Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral: “Não, na realidade,
1037 algumas condicionantes no caso, elas são cartoriais. O cara tem que me
1038 apresentar o laudo de automonitoramento e isso ele vai, por exemplo, o
1039 sistema SEI, que é um sistema que o Estado está utilizando já permite
1040 hoje, qualquer empreendedor fazer o protocolo daquelas informações, de
1041 informação complementar, de documentação dentro do sistema SEI. E aí,
1042 ele vai pagar uma taxa ao estado e o estado vai imprimir aquilo e
1043 protocolar. Outras, não existem possibilidade, outras o estado vai ter que ir
1044 lá conferir literalmente, se está ok ou não, mas diminuir, em tese, muitas
1045 questões. Então, o Estado tem procurado dar agilidade e facilitar por meio
1046 eletrônico a inserção dessas documentações e da apresentação dessas
1047 documentações, mas validar, isso vai ser validado e confrontado
1048 juntamente no relatório final de vistoria no local, para muita coisa a gente
1049 precisa estar lá, presente.’ Conselheiro Wagner Vicente Rodrigues de
1050 Almeida: “É Só uma pergunta, uma curiosidade. Na questão do cadastro
1051 de uso insignificante, a pessoa entra no sistema e faz o lançamento. Eu
1052 queria saber o seguinte, em algum momento o sistema indica se aquele
1053 curso d’água pode ou não ter mais licença?” Presidente Suplente Clésio
1054 Cândido Amaral: “No sistema atual não. No sistema atual ele ainda está
1055 em uma base cartográfica da década de 70. Há uma previsão, se não me
1056 engano até o final do ano agora ou início do ano que vem, de um novo
1057 sistema atualizado de bacias hidrográficas que o IGAM está finalizando.
1058 Esse sim, ele vai estar atualizado nesse sentido e aí, a gente vai conseguir
1059 perceber, literalmente, se aquela bacia já está estrangulada, não está
1060 estrangulada, se ela permite, mas outorga ou não permite mais outorga.
1061 Então, Isso já tem sido trabalhado durante esse ano inteiro, não é um
1062 sistema fácil de ser atualizado é um sistema que dá muito trabalho, se
1063 pensar que você vai ter que percorrer, verificar rio por rio, curso da água
1064 usuários todos que estão cadastrados, conferir nas portarias de outorga,
1065 naquelas condicionantes, se ele tem cumprido essas condicionantes todas.
1066 Mas a gente entende que a gente ainda vai chegar nesse momento, de ter
1067 literalmente a possibilidade de tratar as bacias hidrográficas em um
1068 modelo mais real. Naquilo que ela realmente é. Então, ainda não, mas o
1069 sistema está sendo montado desde o início do ano, o IGAM está tratando
1070 esta questão para ter um sistema mais atualizado, um sistema mais ágil,
1071 porque o Geosmin é muito demorado, então você gasta um tempo enorme
1072 nesse sentido, provavelmente vai ser baseado, essa atualização toda, está
1073 sendo baseada na ideia nova que foi feita com dados atualizados de uma
1074 série de estudos que já existiam no mercado, todos eles foram utilizados,

1075 pegou-se também dados validados por cada SUPRAM em processos de
1076 licenciamento para ser introduzida na IDE. O passo agora, nós estamos
1077 introduzindo na IDE todos os encaminhamentos espeleológicos, então hoje
1078 quem está em análise ainda tenho uma... Não sei como o pessoal da
1079 informática geralmente sai, tem um modelo, um tipo de... Como é que fala?
1080 Tem um tipo de shape, um dado que ele tem que ser apresentado para a
1081 SUPRAM que, após validado pela SUPRAM, ele vai ser validado pela
1082 SUARA O que é a Subsecretaria, a Superintendência de Regularização
1083 Ambiental, validado pela SUARA, ele vai para o pessoal da IDE que vai
1084 validar. Validou. Ele já entra lá. Então, qualquer um que entrar vai saber
1085 daquele encaminhamento, já aproveita o estudo anterior. Então, ele só vai
1086 pegar o estudo anterior e vai transformar aqueles dados do estudo anterior
1087 em um *shape* novo, que vai ser possível ser colocado. Então, nós estamos
1088 fazendo para isso, paralelamente também com a questão da entrada, do
1089 sistema do SINAFLOR. Ele só não foi possível até hoje por que a gente
1090 aderiu a uma plataforma do Governo Federal e a plataforma do Governo
1091 Federal literalmente não teve suporte para abarcar todo o Estado de Minas
1092 Gerais, mas também vai ser feito isso. Todo CAR, todo sistema de CAR,
1093 toda ação de Área de APP, reserva legal, ele vai ter que ser entregue,
1094 validado pelos técnicos, validado pela Subsecretaria de Regularização e
1095 depois ele vai ser inserido lá. Então, nós passamos a enriquecer a base
1096 cartográfica com dados atualizados. E aí depois há uma discussão de
1097 sessão de auto monitoramento de fauna que a gente gera uma quantidade
1098 de dados grandes e elas ainda não são utilizadas, então é uma evolução,
1099 a gente está caminhando, acho que a passos largos desde 2016 e ainda
1100 tem muita coisa para ser feita. É isso.” Conselheiro Ricardo Hirofumi
1101 Yoshimatsu: “A gente está até discutindo muito aqui com relação a
1102 liberação de licenciamento, o LAS Cadastro, o LAS / RAS. Depois de
1103 formalizado o processo, a gente está falando aí talvez de uma validade de
1104 10 anos de validade, caso venha a ter alteração na atividade, ou
1105 acréscimo, ou inclusão, seria feito um novo licenciamento para aquela
1106 atividade? Como é que teria? Só uma informação complementar.”
1107 Presidente Suplente Clésio Cândido Amaral: “Caso ele entre, e aí vamos
1108 colocar, eu estou acrescentando mais uma atividade, Naquela atividade,
1109 ou eu estou ampliando a minha atividade, ele vai entrar no sistema e vai
1110 verificar. Ele pode inclusive mudar de classe nesse sentido, como nova
1111 atividade, ele passa a ter um novo licenciamento. Mesmo durante esse
1112 período de 10 anos. A regra não vai mudar como era anteriormente,
1113 anteriormente eu tinha uma licença e aí eu entrava com uma LP mais LI de
1114 ampliação. Eu vou continuar tendo, Só que essa LP / LI, ela não vai entrar

1115 em uma LAS / RAS, ela vai entrar, pode entrar em um LAC 1, no LAC 2,
1116 ou em um LAT. Depois do período, junta-se todas as atividades no
1117 licenciamento único no período de revalidação da licença. Se não houver
1118 mudança de parâmetro, ela vai continuar no mesmo modelo, mas aí ainda
1119 sim, vai passar por uma análise, ele só não vai mudar a classe. Mas então,
1120 por exemplo, aí eu continuo em um LAS / RAS, eu vou ter que apresentar
1121 um novo relatório ambiental simplificado, ele vai ser validado e podem ser
1122 estabelecidas novas condicionantes para aquele empreendimento. Mais
1123 alguma dúvida de algum Conselheiro?” **7. ENCERRAMENTO.** Presidente
1124 Suplente Clésio Cândido Amaral: “Não tendo mais nada, dou por
1125 encerrada a reunião da URC, eu queria agradecer a todos, apresenta
1126 durante esse ano todo de trabalho, eu sei que foi um momento difícil, de
1127 mudança, onde todas as URCs reclamaram que a gente não tem mais a
1128 prerrogativa de inserção, mas a gente entende que existem outros meios
1129 de a gente tratar e discutir os assuntos e levar, inclusive para a SEMAD
1130 como proposta. Vejo vocês no próximo ano se Deus quiser, nas próximas
1131 reuniões e bom Natal, Feliz Ano Novo, descansem bastante, que ano que
1132 vem tem muita coisa.”

**** **

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

Presidente Diogo Soares de Melo Franco